

## A participação popular na transição socialista em Cuba através dos *Comités de Defensa de la Revolución* (1960-1975)

People's participation in the socialist transition in Cuba through the *Comités de Defensa de la Revolución* (1960-1975)

Rhenan Pereira Santos<sup>1</sup>

### Resumo

A participação popular cumpriu um papel fundamental na sobrevivência do processo revolucionário cubano iniciado em 1959. A vanguarda revolucionária, representada nas figuras de Fidel, Raul, Che e Camilo, recebeu atenção de farta bibliografia, mas o mesmo não ocorreu com as dinâmicas de massa envolvidas nesse processo, fundamentais para sua compreensão. Este artigo se soma aos esforços em compreender a Revolução Cubana em sua complexidade, ao analisar a atuação dos *Comités de Defensa de la Revolución*. A pesquisa demonstrou que este foi um canal fundamental para a participação popular cubana, permitindo que a Revolução encontrasse condições de sobreviver, apesar de suas severas limitações materiais, ao se apoiar na participação ativa das massas.

**Palavras-chave:** Participação Popular; Transição Socialista; Revolução Cubana.

### Abstract

People's participation played a fundamental part in the survival of the Cuban revolutionary process started in 1959. The revolutionary front line, represented by Fidel, Raul, Che and Camilo, received attention from vast bibliography, but the same did not occur with the mass dynamics involved in this process, fundamental to comprehend it. This article joins the efforts to understand the Cuban Revolution in its complexity, by analyzing the actions of the *Comités de Defensa de la Revolución*. The research found that this was a fundamental channel for Cuban people's participation, allowing the Revolution to be able to survive, despite the severe material limitations, by relying on the active participation of the masses.

**Keywords:** People's Participation; Socialist Transition; Cuban Revolution.

## 1. Introdução

No ano em que a Revolução Cubana completa seu sexagésimo aniversário, podemos nos permitir colocar este processo em nova perspectiva. Embora a Revolução tenha conquistado a atenção de muitos intelectuais e pensadores desde que emergiu em 1959, seguimos com questões em aberto. Algumas delas são novas perguntas, surgidas a partir do momento em que o presente gera renovados questionamentos quanto ao seu

---

<sup>1</sup> Doutorando, Mestre e Licenciado em História (UFRGS). Professor da Rede Pública Municipal de Canoas, RS. E-mail: rhenanpsantos@gmail.com.

passado. Outras foram objeto de repetidas análises, mas, por sua complexidade, seguem em aberto. Como a Revolução pode sobreviver? De que modo se lançaram as bases para a transição socialista em uma pequena e pobre ilha do Caribe, tão perto dos Estados Unidos da América?

Nos acostumamos a pensar a partir de dois eixos: por um lado, responsabilizamos a vanguarda revolucionária que derrotou a ditadura de Batista; por outro, atribuímos ao aporte soviético a garantia de sua sobrevivência. São questões importantes, por certo, na medida em que não desprezamos a ação do indivíduo na história e seria tolice ignorar o impacto que a segunda maior potência de seu tempo desempenhou. Ainda assim, estas não nos parecem ser respostas suficientes, sendo necessário buscarmos uma melhor compreensão nas múltiplas determinações deste processo e, em sua raiz, na participação das massas.

Buscamos, em nossa pesquisa analisar, o modo como se desenvolveu a participação popular durante a Revolução Cubana através da maior organização de massas deste processo: os *Comités de Defensa de la Revolución* (CDR). Nossa hipótese, considerando as frágeis condições materiais existentes na ilha, é a de que não seria possível compreendermos a sobrevivência da Revolução sem o suporte que ela recebeu por parte das massas cubanas. Concentramos nosso trabalho no período entre 1960 e 1975, compreendido entre os marcos da criação desta organização até o processo de implementação do sistema de *Poder Popular*, momento em que a Revolução passou por uma institucionalização das instâncias de participação política. A escolha desses marcos não foi arbitrária: nos questionamos sobre como a população poderia ter encontrado canais para sua participação política (em sentido amplo) sem que houvesse vias institucionais para tanto. A resposta foi encontrada nos CDR.

A partir desse questionamento inicial acerca de como se deu a participação popular cubana, podemos desdobrar novas perguntas. Em primeiro lugar, pensarmos em qual medida esse apoio se converteu em suporte concreto ao processo revolucionário, quais foram as suas dimensões de atuação, qual seu impacto etc. Além disso, qual a

dimensão democratizante dessa participação, de que modo ela pôde ter distribuído o poder neste período em que a transição socialista se iniciava.

## 2. Revisão de literatura

Os CDR têm recebido pouco cuidado por parte da historiografia, sem a atenção que mereceriam, considerando suas relações profundas na dinâmica transicional cubana. Houve aproximações a esta problemática, com graus variados de aprofundamento, mas sem que situassem os CDR como atores centrais da análise. Ainda que não pretendamos apresentar uma revisão bibliográfica exaustiva, podemos destacar algumas obras importantes e com impacto na historiografia que balizam nossa afirmação.

Bambirra (1974, p. 50-51) realizou um trabalho esclarecedor, embora seja negligenciado por parte da historiografia. A autora analisa o papel do apoio popular encontrado no campo e – aí sua contribuição mais original – nas cidades para a tomada ao poder, mostrando como as massas atuaram de forma decisiva para a vitória, sem que com isso se deixe de levar em consideração o papel da vanguarda revolucionária, personificada no Movimento 26 de Julho. Esse desenvolvimento lança luzes sobre a origem do amplo apoio popular que a vanguarda obteve após suas vitórias iniciais. Destacamos também sua reflexão acerca do caráter revolucionário que a classe média desempenhou neste processo, cumprindo um papel importante na Revolução. Embora seja um trabalho magistral, Bambirra não situa o CDR no processo.

Fernandes (2012, p. 257-316.) desenvolveu uma análise clássica sobre a Revolução Cubana, que priorizou o processo de destruição da institucionalidade burguesa e a forma como se constituíram as novas estruturas do poder revolucionário em sua transitoriedade e originalidade. Sua apresentação sobre a criação do sistema de Poder Popular e de suas principais características é muito importante para entendermos melhor essas dinâmicas. Mas, talvez, por enfatizar os aspectos institucionais do processo, Fernandes deu pouca ênfase para a atuação cederista.

Harnecker (1976, p. 139-165) escreveu um trabalho importante sobre a

*Aedos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020

democracia em Cuba, privilegiando como fontes entrevistas *in loco* das massas em detrimento das lideranças. Embora aqui possamos encontrar um capítulo dedicado exclusivamente aos CDR, a análise é superficial, dado seu caráter de panorama, de primeira aproximação. É interessante destacarmos uma das teses centrais da autora no que diz respeito à organização dos *comités*. Para ela, os CDR se apropriaram do processo revolucionário para si a partir do momento em que assumiram muitas das tarefas transicionais que se impunham no contexto cubano. Essa questão foi central para nossa pesquisa e, ao nosso ver, foi uma hipótese que confirmamos e aprofundamos em nosso estudo.

Podemos destacar também alguns trabalhos de sínteses, como os de Sader (2001, p. 55-73), Bandeira (2009, p. 217-635) e Gott (2006, p. 216-306). A maior contribuição do trabalho de Sader foi ter destacado o fato de que a democracia foi um princípio norteador para a Revolução; e, tendo esse princípio democrático, a vanguarda acabou ganhando legitimidade frente ao povo cubano. Bandeira se debruçou fundamentalmente sobre fontes diplomáticas e, por isso, privilegia a análise a partir “de cima”. É uma obra fundamental para compreender a Revolução, porém acaba tangenciando os agentes anônimos do processo. Gott traça o mesmo quadro geral dos acontecimentos, apresentando uma narrativa sobre a história cubana de muita qualidade, mas é pouco generoso quanto à participação popular.

Mesmo quando buscamos em pesquisas de fôlego ou em pesquisas mais concentradas na questão da participação popular em si, como aquela desenvolvida por Doyle (1992, p. 91-274), não encontramos uma reflexão detida sobre o papel dos CDR enquanto organização de massas. Feitosa (2000, p. 34-73) também traz uma importante contribuição para o papel da participação popular no contexto cubano, analisando como esta se desenvolveu organicamente e como, a partir dela, ocorre sua institucionalização através das Assembleias de Poder Popular. Seu trabalho, contudo, não dedica o protagonismo necessário à ação cederista, situação semelhante à pesquisa de Duarte (2013, p. 15-63), na qual não são mencionados. A autora demonstra em seu trabalho de

pesquisa como a atuação das massas foi fundamental para a reorganização do Estado cubano nos novos termos socialistas. Mesmo em publicações de síntese de autores cubanos (CIVEIRA, VEGA e LEÓN, 2005, p. 189-265), não encontramos um tratamento adequado aos CDR, considerando o papel chave que a organização cumpriu na história cubana, como desenvolveremos melhor neste trabalho.

Essas ausências não retiram o mérito desses e de outros trabalhos que se debruçaram sobre o processo em questão; todos com importantes contribuições para que pensemos acerca da construção da participação popular em Cuba. Entretanto, a falta da análise dos CDR nos deixa uma lacuna importante, dificultando-nos a leitura adequada da totalidade desse processo. Dito isso, confirmamos a importância de que elegêssemos os *comités* como foco de nossa análise, com o objetivo de ampliar o conhecimento em torno da complexidade de atuações e agentes da Revolução Cubana.

### 3. Fontes

Nossa pesquisa lançou mão das *Cronologías para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*, trabalho desenvolvido por José Antônio Gell Noa (2007, p. 1-111; 2008, p. 1-308; 2009, p. 1-191). Utilizamos, dado nosso recorte temporal, os três primeiros volumes, dedicados ao período compreendido entre 1959 e 1980. A estrutura da obra se organiza de modo a apresentar as ações cederistas ocorridas em cada dia, acompanhadas de eventos históricos que o autor compreendeu serem relevantes ou relacionados. Essas ações, naturalmente, foram selecionadas entre aquelas que Noa compreendeu serem passíveis de destaque, que mereciam ser lembradas, mas é interessante observar que mesmo atividades bastante rotineiras e cotidianas, como a limpeza de calçadas, são descritas. O trabalho tem uma intencionalidade bastante clara, conforme observamos nesta passagem:

no espere el lector hallar en este libro un análisis histórico de la vida y la obra de los Comités de Defensa de la Revolución, no es el caso, aquí encontrarán una

cronología de acontecimientos, con una rigurosa fidelidad a las fuentes primarias que propician la información y que además están debidamente referenciadas; se trata, por tanto, de una especie de apuntes para posteriormente escribir la historia (NOA, 2007, p. II).

Não podemos, por certo, tomar essa afirmação em sua literalidade, mas a amplitude do material deixa clara a sua relevância. Sobretudo, quando levamos em consideração a dificuldade que pesquisadores estrangeiros encontram para obter acesso a documentos na ilha, conseguimos tocar indiretamente esse acervo através das *Cronologías*. Além disso, o fato de este já ser um trabalho de sistematização inicial sobre uma questão que praticamente não foi abordada pela historiografia nos permite avançar mais a fundo na reflexão e dar conta de um período relativamente amplo de tempo.

Noa é integrante da *Dirección Nacional* dos CDR desde 1975; isso, em certos termos, torna essa uma fonte oficial, exigindo cuidados particulares ao ser analisada. Naturalmente, não acreditamos que qualquer tipo de fonte possa ser considerada como verdadeira em si, sempre exigindo mediações teóricas específicas para cada caso, conforme suas características internas. Da mesma forma que uma história escrita tomando fontes oficiais como único caminho para a verdade é algo que pertence há uma vertente historiográfica há muito enterrada no tempo, desprezar esse tipo de material por seu caráter oficial é uma conduta inaceitável para a produção do conhecimento em nosso ofício.

Uma noção que nos foi cara para esta análise é a de *originalidade*. A Revolução Cubana não surgiu como um todo estabelecido, mas se construiu no decorrer do processo transicional. Como revolução democrático-burguesa, encontrou seus limites em seu próprio programa e tornou-se revolução socialista, única forma de conseguir atingir os anseios populares que buscava dar conta. Foi uma experiência, em certo sentido, caótica e criativa. Essa é uma compreensão fundamental para se apreender o aparecimento e o desenvolvimento dos CDR, porque eles não surgem como organização a partir de um modelo, mas como resposta historicamente concreta para uma série de demandas que surgiram durante a Revolução, como meio para resolver parte de suas

*Aedos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020

contradições. Exemplo disso é o fato de que, ainda que não sejam uma organização de tipo conselho tal como estes apareceram na história – na forma como Martorano (2011, p. 49-59) nos definiu, uma organização que agrega a luta econômica e política em si, da tomada ao poder até os seus desenvolvimentos subsequentes, formada pelo conjunto dos trabalhadores associados, – os CDR cumpriram muitas de suas tarefas para o contexto cubano, inclusive agindo em favor de uma maior e mais ampla democracia.

É fundamental salientarmos o peso imposto pelos condicionantes históricos: a experiência cubana precisou conviver com uma série de contradições que limitavam e radicalizavam seu processo. Internamente, uma sociedade cindida pela luta de classes; além disso, uma economia de tipo dependente, com todas as suas restrições; por fim, a agressão constante do imperialismo estadunidense. Precisamos considerar esses três aspectos para que se possa fazer uma correta avaliação da Revolução. Como lembrou Ayerbe (2004, p. 119), “nenhum sistema pode desenvolver suas potencialidades vivendo em clima de permanente conflito, que é justamente o mais favorável ao fortalecimento das tendências autoritárias existentes”.

Partindo das perguntas que propomos, refletindo nos marcos da dialética do conhecimento histórico, tal como formulada por Thompson (1981, p. 54), temos o seguinte quadro: a Revolução Cubana foi protagonizada por sua vanguarda, embora tenha recebido um apoio fundamental das massas para sua vitória. Esse processo foi dinâmico e as condições históricas colocaram novas demandas, que radicalizaram a Revolução rumo ao socialismo como única alternativa para o atendimento de seu projeto. De um modo geral, considera-se que o poder permaneceu concentrado nas mãos da vanguarda, que pouco fez para que houvesse maior participação popular até 1976, quando é implementado o sistema de *Poder Popular*. Foi esta a tese colocada em relação com as determinações empíricas, o caso concreto dos CDR, que apresentaremos a seguir.

#### **4. Os *Comités de Defensa de la Revolución***

Os CDR surgem na noite do dia 28 de setembro de 1960, em um contexto de violentas agressões do imperialismo. Em discurso, Fidel Castro convocou o povo cubano para que organizassem comitês de vigilância por todo o país, assegurando que a sobrevivência da Revolução dependia do apoio e da participação ativa das massas. Estes comitês deveriam organizar a resistência contra possíveis agressões diretas e combater a quinta-coluna, grupos internos que, com ou sem apoio do imperialismo, pretendiam sabotar e destruir a Revolução a partir de dentro. Essa tarefa era bastante complexa: encontravam-se situações de desabastecimento, causadas, entre outras razões, pela ocultação de mercadorias, como tentativa de desestabilizar o processo; sabotagens eram frequentes, sobretudo com a explosão de bombas; houve ao menos uma tentativa de desembarque de tropas mercenárias; além disso, contrarrevolucionários se organizavam a partir da serra do Escambray; finalmente, uma série de pequenas dificuldades cotidianas se impunha para a sociedade cubana, na medida em que o aparelho estatal anterior era destruído, fazendo com que mesmo a limpeza urbana fosse dificultada (NOA, 2007, p.146). O processo transicional revolucionário, portanto, não se deu sem contratempos operacionais e burocráticos.

A partir desse contexto, podemos concluir que os CDR surgiram como uma resposta a uma situação concreta desfavorável para a Revolução. Após a tomada do poder, seguiu-se um período de longa e aguda instabilidade, causada pelas dificuldades da tentativa de destruir o entulho autoritário da ditadura de Batista e, posteriormente, parir um novo tipo de sociedade, além dos sistemáticos esforços para que este intento fracassasse. Era notável que todo o processo corria risco de chegar a um fim prematuro se não houvesse a formação de uma base de sustentação que concedesse certa estabilidade para a construção deste novo poder. O caminho encontrado foi delegar para a população essa tarefa. Esse foi o modo encontrado pela sociedade cubana para conseguir superar as imensas dificuldades materiais que se encontravam naquele contexto, e que a vanguarda por si só não seria capaz de superar.

Todavia, seu papel inicial, tal como a organização havia sido concebida, era



francamente repressivo. Os CDR deveriam ser um sistema de *vigilância*, deveriam repetir aquilo que a vanguarda revolucionária fizera para chegar ao poder, em uma escala mais ampla e em uma temporalidade imprevista: os CDR deveriam combater a contrarrevolução. Ao analisarmos as fontes, percebemos que os *comités* adquiriram certo caráter heroico, como se mantendo continuidade das lutas revolucionárias que permitiram que a vanguarda revolucionária chegasse ao poder e derrotasse a ditadura de Batista. Nesse sentido, seus integrantes vivem a experiência de lutar pela Revolução em um novo contexto, reexperenciando essa dinâmica.

Mas se surgem como um sistema de vigilância, de caráter repressivo, as necessidades históricas da Revolução fazem com que a sua atuação se amplie, sendo desdobrada em outros aspectos, outras dimensões. Essa foi uma das marcas da originalidade desta organização, fazendo com que ela multiplicasse sua agência para muitas dinâmicas da vida em sociedade. Iniciamos nossa pesquisa concentrados na vigilância revolucionária em sentido estrito, repressivo, mas o desenvolvimento de nossa análise obrigou a ampliação de nosso foco (SANTOS, 2017, p.114-119). Trataremos delas adiante.

#### *4.1. Considerações acerca da violência revolucionária: o caso de Playa Girón*

É fundamental que reflitamos, ainda que brevemente, acerca da violência revolucionária em si, de modo que possamos estabelecer parâmetros sólidos para a análise, escapando de concepções excessivamente idealizadas. Dito isso, é importante levar em consideração que esse aspecto repressivo não deve ser encarado como uma opção dos agentes envolvidos *per se*, mas como parte das dinâmicas envolvidas no contexto da transição socialista. Esse é um processo intrinsecamente violento, porque pressupõe a destruição das estruturas que asseguram o poder da burguesia e esta classe, por óbvio, não abandonaria sua posição de forma pacífica (ou a própria revolução não seria necessária). Conforme sustentou Serge:

A Revolução não escolhe armas. Traz para a arena ensanguentada as armas que a História forjou, aquelas que acabam de cair das mãos de uma classe dirigente vencida. Ontem, para reprimir os explorados, a burguesia necessitava de um forte aparelho repressivo: hoje, os proletários e os camponeses também precisam de um forte aparelho de repressão para destruir a resistência final dos exploradores expropriados, para os impedir de recuperar o poder, para os obrigar à abdicação permanente dos seus privilégios (SERGE, 2001, p. 274).

Em termos gerais, algum grau de violência é inevitável ao processo revolucionário e as experiências históricas, da tomada burguesa na França de 1789 à Revolução Russa de 1917, dão respaldo para essa afirmação. A Revolução Cubana não surgiu em um vazio histórico, mas no interior de determinações específicas e altamente violentas, gestadas na ditadura de Batista e sob um sistema de capitalismo dependente. O uso da força por parte dos CDR não parece ter sido, além disso, arbitrário. É o caso quando analisamos sua atuação no contexto à invasão de Playa Girón.

A invasão de Playa Girón foi uma tentativa fracassada, organizada por grupos anticastristas, de derrubar o poder vigente a partir da constituição de uma cabeça de praia na região que se apresentasse como governo legítimo. Essa cabeça de praia funcionaria como foco a partir de onde a contrarrevolução se espalharia e encontraria uma base sólida de apoio. A invasão recebeu o apoio direto dos Estados Unidos, tanto materialmente, quanto com o treinamento das tropas que participaram da operação, realizado através da Agência Central de Inteligência (CIA). Seu envolvimento foi tão íntimo que as consequências do fracasso para o governo estadunidense foram trágicas, repercutindo internacionalmente como um grande fiasco. Entre 1500 e 1800 homens foram enviados para o desembarque, iniciado em 17 de abril de 1961. Apesar disso, 72 horas depois, as tropas contrarrevolucionárias foram derrotadas, com um saldo de 114 mortos e aproximadamente 1200 presos (FARIAS, 2008, p. 118-121; BANDEIRA, 2009, p. 295-315).

A vitória pró-Castro se deu, fundamentalmente, por dois fatores. Em primeiro lugar, pela rápida organização de tropas na região onde se previa que fosse ocorrer o desembarque, muito superior aos contingentes invasores. Em segundo lugar, e nesse

ponto chegamos na reflexão pretendida com nossa pesquisa, graças ao esforço sistematizado por parte da população cubana em “redobrar a vigilância” no país, impedindo que as convulsões internas, que eram planejadas como forma de apoio à invasão, tivessem sucesso. Nesse ponto, a atuação dos cerca de 8.000 membros do CDR teve um imenso destaque, com a prisão de milhares de pessoas e a captura de uma grande quantidade de bens de primeira necessidade que estavam escondidos.

A condição essencial para o sucesso da invasão passava pelo surgimento de uma revolta generalizada contra Castro. Nessa perspectiva, é possível identificar certa iminência do fracasso, na medida em que as bases sociais para uma contrarrevolução interna já haviam sido destruídas e graças ao grande apoio que o governo revolucionário recebia da população. Neste sentido, a criação dos CDR foi fundamental para que existisse um amplo e organizado aparelho de vigilância, impedindo a formação de uma possível “quinta coluna” que servisse de base para a derrubada de Castro e desarticulando a oposição interna já existente.

A atuação cederista foi de duas ordens. Em primeiro lugar, prestando apoio para as tropas cubanas que repeliam o ataque, agindo na retaguarda. Os membros dos *comités* levaram mantimentos, organizaram o atendimento de feridos, prepararam comida e realizaram todo tipo de atividade logística, não havendo, contudo, referência de participação em combate (NOA, 2007, p. 67). Além disso, os CDR tinham a missão de combater a quinta coluna, derrotar o inimigo interno que pudesse prestar apoio aos invasores. O fato de que os *comités* já estavam estabelecidos há certo tempo permitiu que esta rede popular de suporte à Revolução estivesse relativamente pronta para ser disparada, capturando contrarrevolucionários e desbaratando a rede de apoio que havia sido preparada (NOA, 2007, p. 67-69).

Retornando à questão da violência revolucionária, podemos usar esse contexto para analisar a forma como os CDR se portaram. Os relatos presentes na fonte parecem apontar para uma certa preocupação com os possíveis inimigos, ainda que a sanha popular fosse francamente favorável ao uso de uma maior força.

A pesar de que nuestro deseo era otro, los atendimos bien, les dábamos comida, cigarros, chocolate. Nosotros pensábamos que muchos de los nuestros quizás ni hubieran comido un pedazo de pan en ese momento en que nosotros facilitábamos alimentos a los contrarrevolucionarios. Sabíamos que tenía que ser así, pero nos daba mucha ira. Lo hacíamos por consciencia. (NOA, 2007, p. 68).

As consequências desse “batismo de sangue” para o moral dos CDR foram significativas. Em primeiro lugar, haviam demonstrado, junto do povo cubano, ser possível derrotar o gigante do Norte e seu imperialismo, e isso repercutia internacionalmente. Em segundo lugar, os CDR haviam cumprido com absoluto sucesso sua primeira grande tarefa, demonstrando que estavam aptos para garantir a defesa da Revolução. Mesmo onde houvesse um profundo desequilíbrio material das forças em questão, os *comités* podiam contrabalancear essa correlação de forças com seu grande número, com organização e uma enorme disposição para defender a Revolução. Em terceiro lugar, reproduziam o heroísmo revolucionário em um momento posterior, criando um evento fundador para afirmar a sua bravura. Se nem todos haviam participado da luta guerrilheira que depôs Batista, agora centenas de milhares de cubanos usavam seu esforço próprio para assegurar a sobrevivência do processo. A importância da atuação cederista neste evento foi imediatamente reconhecida: Fidel Castro convocou a criação de 100 mil *comités* três dias depois, com o fim de assegurar que o imperialismo encontrasse um inimigo ainda mais feroz em uma nova tentativa (NOA, 2007, p. 71).

Cumprir destacar que a dimensão dos CDR nos ajuda a compreender a capacidade de mobilização que essa organização apresentou no período em questão. Os *comités* não são pensados como organizações de vanguarda, mas como verdadeiras organizações de massa de todo o povo cubano. Sendo assim, não há a ideia de que deles façam parte “os melhores” ou “os mais preparados”, mas o povo cubano em defesa de sua revolução. O processo de ingresso nos CDR não fica claro nas fontes analisadas. Nesse primeiro momento, parece ser bastante orgânico, com o povo cubano atendendo ao chamado de Fidel Castro e organizando-se autonomamente (SANTOS, 2017, p. 93-

94). Posteriormente, aparece uma estrutura mais organizada, com organizações nos níveis dos quarteirões, bairros, municípios e províncias (HARNECKER, 1976, p. 146). O crescimento do número de cederistas, contudo, parece apontar para um acesso praticamente irrestrito à organização. Embora não tenhamos obtido dados completos para todo o período analisado, na relação da população cubana e o total de cederistas, podemos apresentar um quadro parcial da primeira década dos CDR, que já nos parece suficiente para nos conferir um panorama da velocidade de crescimento dos CDR:

**Tabela I**  
**Número de membros dos CDR**

Ano	CDR (total)	População cubana (em milhares)
1961	798.703	7.040.800
1962	1.119.835	7.152.100
1963	1.656.195	7.307.200
1964	1.954.546	7.508.600
1965	2.011.276	7.715.300
1966	2.201.894	7.887.300
1967	2.215.319	8.053.900
1968	*	8.201.000
1969	*	8.337.100
1970	3.222.147	8.495.400

\* Não foram encontrados dados para o ano em questão.

**Fonte:** NOA, 2008, p.131, 137, 203 e 288. CUBA, 1974, p.10.

Mas é um erro considerar que os CDR tenham sido uma organização que reduziu sua atuação à defesa da Revolução em um sentido estrito, combatendo a contrarrevolução, conforme afirmamos anteriormente. Desde o começo, os *comités* se dedicaram a defender a Revolução em seu sentido mais amplo, apoiando o processo nas

muitas dificuldades que surgiam com o tempo. Em nossa análise, organizamos sua prática a partir de três eixos, aos quais denominamos *sistema de vigilância revolucionária*, *sistema de organização revolucionária* e *sistema de participação política revolucionária*. Essa divisão não pode ser encarada de modo artificial, como se fossem três momentos distintos da atuação cederistas. Pelo contrário, fazem parte de uma totalidade integrada e complexa, nem sempre sendo clara a divisão entre uma ou outra atividade. Para a análise, contudo, foi importante realizarmos tal abstração da realidade concreta, que permitiu sistematizarmos nossa exposição de forma mais inteligível.

#### *4.2. Sistema de vigilância revolucionária*

Como já afirmamos, a vigilância revolucionária é o objetivo que norteou a criação dos CDR, no dia 28 de setembro de 1960, sendo a partir dele que podemos compreender todas as demais práticas dos *comités*. Todo o funcionamento da organização se pauta pela premissa de assegurar a segurança do processo revolucionário e, nesse sentido, a dimensão que enfatizamos nesta seção é o seu funcionamento como defesa da Revolução em um sentido estrito. No decorrer do tempo, já em seus primeiros anos, o sentido de defesa da Revolução começa a se tornar mais amplo, dando conta de outras tarefas que também fossem fundamentais para garantir que o processo pudesse sobreviver. Mas seu objetivo como organização que vigiasse e combatesse a contrarrevolução manteve-se ativa.

Seu objetivo, em linhas gerais, foi o de organizar um sistema de vigilância por todo o país, com o fim de antecipar possíveis ações contrarrevolucionárias e, na medida do possível, combatê-las. Fazendo isso, os CDR exerciam uma capacidade de controle sobre setores contrarrevolucionários da população que o aparato estatal não teria dado conta naquele momento. É importante salientarmos o grande volume de pessoas que se mobilizam através da organização, que em 1965 ultrapassa a cifra dos 2 milhões (NOA, 2008, p. 131). Ora, considerando o apoio massivo que o processo revolucionário vai encontrar no povo cubano, é difícil pensarmos em modo mais eficiente para que se

combata os indivíduos que se organizavam de modo contrarrevolucionário do que transferindo para o próprio povo a tarefa de enfrentá-los.

As dificuldades da Revolução fazem com que esse sistema de vigilância revolucionária não fique restrito ao combate de indivíduos contrarrevolucionários, mas também se estenda para o crime comum, sem vínculos políticos. De fato, a fonte aborda a questão da “defesa da Revolução” de um modo bastante amplo, equiparando o crime comum à atividade contrarrevolucionária, repudiando toda tentativa de desestabilizar a ordem revolucionária. Desde seu surgimento como organização já podemos observar esse tipo de prática, reforçada por Fidel Castro em 1971, quando ele destacou, em discurso, que o combate ao delito comum é responsabilidade de todo o povo (NOA, 2009, p. 7). Essa nos parece uma dimensão da atuação cederista bastante interessante para o contexto latino-americano, se lembrarmos o histórico de violência que as polícias detêm na região, fruto de sua hierarquia militarizada e de uma trajetória de repressão contra os setores excluídos da sociedade. Ao compartilhar esse dever com o policial comum, os CDR potencialmente democratizam o aparato de segurança, além de cumprir uma importante tarefa transicional.

Uma questão que surge a partir dessa ponderação diz respeito ao nível de consciência necessária para que esse tipo de tarefa seja cumprido, já que não é possível falarmos de democratização da segurança se esta foi pensada a partir das velhas concepções estabelecidas pela ideologia burguesa. Não há dúvida de que socialização da segurança é uma tarefa fundamental no contexto da transição socialista, mas esta enfrenta o obstáculo de lidar com o nível de consciência de uma população que ainda está superando os marcos do capitalismo. Destacamos, na fonte, passagens em que são feitas referências ao combate de indivíduos “antissociais” *além* dos criminosos comuns (NOA, 2008, p. 213), um conceito, por certo, demasiadamente amplo. Quem são esses indivíduos antissociais? Até onde vai o risco de reprodução de antigos preconceitos neste sistema?

### *4.3. Sistema de organização revolucionária*

Como sistema de organização revolucionária, os CDR passaram a dar conta de inúmeras tarefas que seriam, em formações econômico-sociais capitalistas, tipicamente desenvolvidas pelo Estado. Em nossa pesquisa, pudemos observar alguns eixos centrais dessa atuação: saúde; alimentação e abastecimento; educação; obras públicas e serviços; e gestão da população.

Na área da saúde, encontramos três atividades principais. Os CDR assumem a responsabilidade pelas campanhas nacionais de vacinação, o que conseguem desenvolver com bastante velocidade e sucesso logo em seus primeiros anos (NOA, 2008, p.5, 13 e 25). Além disso, foram cumpridas tarefas de caráter pedagógico, como ciclos de conferências sobre cuidados com a saúde (NOA, 2008, p.75, 231). Finalmente os CDR realizaram diversas atividades sanitárias, com caráter preventivo, como campanhas de desratização e de combate a focos de mosquitos, importantes vetores de doenças (NOA, 2008, p. 101, 109). Todas essas são, naturalmente, tarefas de apoio, de suporte à saúde pública cubana, mas condizem com os limites de um grande número de pessoas sem formação especializada. Não há referência, justamente por isso, de nenhuma atividade que exigisse, necessariamente, pessoal médico ou de enfermagem especializado, por exemplo. Os cederistas recebiam treinamento desses especialistas e, a partir dele, realizavam essas atividades de suporte que colaboraram para a melhora da qualidade de vida da população.

As atividades cederistas na área da educação foram igualmente diversas. A primeira referência encontrada foi a de realização de um censo escolar, realizando esse mapeamento em 1962 (NOA, 2008, p. 31). Observamos a criação de salas para a educação de adultos no interior dos espaços físicos dos CDR, o que certamente conferiu a esses ambientes novos significados, novas formas pelas quais a população se vinculava a eles (NOA, 2008, p. 174). Gostaríamos de destacar a formação de comissões escolares, grupos que teriam como objetivo incentivar os jovens aos estudos, aproximar os pais e responsáveis às escolas e prestar assistências para as classes escolares nas necessidades



desses locais (NOA, 2008, p. 205).

No campo de obras públicas e serviços, encontramos referências de atividades de pequenos reparos urbanos, limpeza e embelezamentos de passeios públicos por toda a fonte, como práticas rotineiras. Mas os CDR também estiveram envolvidos em obras públicas de grandes dimensões, com construções de ruas e até na preparação do Estádio Latino-americano para a recepção do Mundial de Baseball Amador, ocorrido em 1971 (NOA, 2009, p. 2). Essas atividades também tiveram caráter organizacional e pedagógico, com a cobrança das taxas da Reforma Urbana (NOA, 2008, p. 147) e realizando campanhas de conscientização pela economia de energia elétrica (NOA, 2008, p. 296).

Acerca da gestão da população, encontramos a realização de inúmeras atividades burocráticas importantes. Foram os CDR os responsáveis pelo levantamento de bens pertencentes aos cidadãos que pretendiam deixar o país (NOA, 2008, p. 55). Auxiliando o Ministério da Justiça, cederistas passaram a realizar o registro de nascimentos e casamentos (NOA, 2008, p. 99) além de, em um segundo momento, realizarem intimações judiciais (NOA, 2008, p. 140), certamente em uma escala de alcance dificilmente superável exclusivamente mediante o uso de agentes do Estado. A partir de 1970, tornaram-se os responsáveis pela confecção e distribuição das novas cédulas de identidade de todos os cidadãos cubanos (NOA, 2008, p. 299). Finalmente, gostaríamos de destacar que foram os CDR os responsáveis pela elaboração de levantamentos de desemprego em sua zona de atuação, incluindo aí os dos cidadãos que intencionalmente mantinham-se desempregados (NOA, 2009, p. 3-4).

Dito isso, podemos considerar que foi ocorrendo uma substituição do Estado pelos CDR em diversas dimensões da sociedade cubana, o que por certo se deu, em grande medida, pelas necessidades objetivas de um país economicamente frágil no contexto da transição socialista. É fundamental destacarmos duas consequências dessa dinâmica para o processo transicional.

A primeira é a de que ela dá conta de tarefas que esse novo Estado que está sendo transformando não seria capaz de realizar, porque ela lança mão de um grande

número de pessoas. A partir do momento em que isso ocorre, o Estado conta com um número de indivíduos muito superior ao número de funcionários mesmo naquele momento histórico determinado. O ganho e eficiência são evidentes, na medida em que tarefas do Estado se tornam tarefas do povo cubano, organizado e mobilizado através dos CDR. Como temos afirmado, isso foi ainda mais importante para o contexto da ilha, onde encontramos um país economicamente frágil e que sofreu um verdadeiro desmonte de sua estrutura burocrático-administrativa após 1959, causada em grande medida pela fuga de indivíduos que apoiavam a ditadura de Batista.

A segunda característica que os CDR apresentam, colaborando nessa questão de um sistema de organização revolucionária – em nosso juízo, mais destacada, – é a atuação no sentido de transformação do caráter do Estado. Isso porque, a partir do momento em que são os CDR que cumprem as tarefas que estão se colocando no cotidiano do país, foi se verificando uma democratização do próprio funcionamento do Estado, um processo no qual o povo se apropria das responsabilidades inerentes à sua sociabilidade.

Podemos ilustrar essa afirmação a partir do caso do abastecimento: imediatamente após o início da revolução se tem um contexto de necessário racionamento. A partir do momento que esse racionamento é realizado e é sistematizado pelos próprios CDR (NOA, 2009, p. 7), surge uma maior legitimidade para essa tarefa, já que ela não está sendo realizada por um corpo de funcionários “superior”, distanciado e, em certos termos, estranho às necessidades da população. É a própria população que vai definir o controle das famílias, de quantos bens estão recebendo, sua necessidade, os meios para combater a especulação etc., o que, em tese, é profundamente democrático.

#### *4.4. Sistema de participação política revolucionária*

Por fim, os CDR cumpriram um papel como sistema de participação política revolucionária, em um momento em que não se encontrava estabelecida uma institucionalização político-participativa no país. De certa forma, os *comités* se

apresentaram como um canal alternativo para a participação política da população, o caminho encontrado pela Revolução para que fosse possível uma ingerência mais ativa do povo nas tomadas de decisão e de consciência das massas. Esse processo ocorreu a partir de quatro dimensões.

Em primeiro lugar, os CDR serviram como uma forma de se obter tanto mobilização de massas, quanto apoio ideológico para o processo, através de um trabalho de agitação e busca de consenso para a Revolução. Parece ter sido nos *comités* o lugar onde a vanguarda revolucionária buscava apoio imediato e mobilização para a compreensão das diretrizes que buscava apresentar, espaços que acabavam por cumprir um importante papel de canal por onde as lideranças se faziam ouvir e, ao mesmo tempo, recebiam o retorno das massas. No contexto da transição socialista, eram os CDR os espaços por excelência por onde a população mantinha-se mobilizada no contato com a vanguarda, o que não parece ter ocorrido livre de tensões. Seu papel de mobilização foi tão destacado que não é exagero considerar que neles eram concentradas todas as demais organizações populares do país, como aparece na seguinte passagem de um discurso proferido por Fidel Castro no décimo aniversário dos CDR:

Tiene una función que no podían llenar otras organizaciones. Por eso decíamos: complemento de la organización política, en primer lugar; de las organizaciones obreras, de las organizaciones femeninas, de las organizaciones juveniles, de las organizaciones estudiantiles. De manera que en los Comités de Defensa de la Revolución se aglutinan los revolucionarios de todo el pueblo, sean jóvenes, sean viejos, sean personas adultas, sean hombres, sean mujeres. Con ello la base, el fundamento de nuestro movimiento de masas queda sólidamente y definitivamente articulado. (NOA, 2009, p. 289).

Em segundo lugar, os CDR cumpriram um papel de educação revolucionária, com um alcance para essa conscientização das massas que o Estado ou a vanguarda dificilmente teriam. São organizadas leituras de informes oficiais, grupos de estudo e bibliotecas, de modo a tentar refletir sobre a realidade concreta cubana, sobre suas necessidades e rumos a seguir (NOA, 2009, p. 207-208). Os *comités* buscaram elevar o nível de consciência das massas, tanto de seus quadros (em grande número) quanto do

Aedos, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020

resto da população. Esta é uma tarefa essencial para o contexto transicional e que, dadas as particularidades cubanas, provavelmente teria sido desenvolvida com menor sucesso através de canais “oficiais”.

Em terceiro lugar, os CDR serviram como conexão entre o povo cubano e o contexto internacional, diminuindo o isolamento ideológico que a ilha poderia sofrer. Essa dinâmica ocorreu, fundamentalmente, através do apoio às várias experiências socialistas contemporâneas, prestando apoio material (com o envio de mantimentos etc.) e enviando e recebendo delegações, em constante troca de experiências e dos acúmulos obtidos. O apoio dado aos revolucionários no contexto da Guerra do Vietnam se destaca, ocorrendo de modo massivo.

Em quarto lugar, finalmente, os CDR cumpriram um importante papel no processo legislativo. Projetos de leis importantes foram discutidos no interior dos *comités*, em cada quadra, nos bairros, e essa discussão foi aglutinada e centralizada para o processo legislativo em si. Através dos CDR, o povo cubano pôde meditar sobre muitas questões fundamentais, obter esclarecimentos e – mais importante – sugerir alterações que atendessem aos seus interesses e as necessidades das massas. No recorte que adotamos, podemos destacar pelo menos dois momentos centrais para esse processo. Em fevereiro de 1973, cinco projetos de leis foram discutidos pelos CDR, entre eles, o que reorganizaria o sistema judicial do país, discutido por mais de três milhões de pessoas (NOA, 2009, p.37). Em julho de 1975, ocorreu a mais importante dessas atuações: a discussão desenvolvida no interior dos *comités* de todo o país no contexto da implementação da Constituição de 1976, posteriormente aprovada em referendo. Os CDR discutiram o texto em todos os seus *comités* entre mais de dois milhões de pessoas, pensando como a nova Carta Magna deveria estruturar a sociedade socialista que surgia, avançando na institucionalização do poder em Cuba (NOA, 2009, p.77).

## 5. Considerações finais

Os *Comités de Defensa de la Revolución* surgiram organicamente do interior do processo revolucionário cubano, como uma resposta para as necessidades que apareciam nesse contexto e frente às dificuldades para que o antigo aparelho estatal, agora em poder das lideranças revolucionárias, desse conta dessas tarefas. Essa organicidade talvez seja a resposta para a originalidade que os CDR apresentaram historicamente e para as constantes mutações que a organização apresentou. Foi o caminho pelo qual o povo cubano manteve-se mobilizado e organizado, com o objetivo de defender a Revolução em seu sentido mais amplo, onde quer que fosse necessário, seja qual fosse a tarefa. Nossa pesquisa permitiu chegarmos ao menos em cinco conclusões centrais.

1. *Os CDR foram a maior organização de massas do país e é impossível compreender o alcance da sua atuação sem levar isso em consideração.* Muitos dos seus desdobramentos, discutidos parcialmente aqui, se devem a esse fato, especialmente no que diz respeito ao modo como os *comités* foram capazes de dar conta de grandes tarefas com sucesso, através da mobilização massiva da população. Além disso, não podemos esquecer seu papel aglutinador: membros de outras organizações, como a *Federación de Mujeres Cubanas* (FMC), eram usualmente cederistas *también*, o que a tornava espécie de ponto comum para a participação das massas no processo revolucionário.

2. *A sistemática vigilância cederista cumpriu um papel fundamental na derrota da contrarrevolução.* Os CDR permitiram que a Revolução contasse com uma parte significativa da população como agentes ativos e mobilizados na defesa de seu processo revolucionário. Enquanto organização de massas, avançaram para além da mera mobilização difusa do povo cubano, na medida em que compuseram aparelhos que lhes conferiam coesão e orientação para suas múltiplas tarefas. Podemos nos questionar: os revolucionários teriam conseguido manter o poder frente à contrarrevolução, não fosse esse esforço de vigilância popular? Nossos indícios apontam para uma resposta negativa.

3. *Os CDR foram capazes de realizar tarefas burocráticas e da vida cotidiana que o Estado encontraria grandes dificuldades para dar conta.* Não esqueçamos que o Estado

cubano que emerge em 1959 é um Estado transicional e, por isso, perpassado por instabilidades e fraquezas. As antigas estruturas burguesas precisam se deparar com a necessidade de se transformarem ou serem destruídas pelo processo, na medida em que se tornam incompatíveis com a nova sociedade que surge. Não bastassem essas instabilidades naturais de um processo revolucionário, o contexto cubano trouxe como dificuldades adicionais a fragilidade de condições materiais que esta sociedade sofria. O caminho encontrado pela sociedade cubana foi o de lançar mão da força de sua coletividade.

*4. Os CDR foram um espaço por excelência para a participação política das massas.* A institucionalização da política cubana só foi plenamente estabelecida a partir do sistema de Poder Popular, em 1976. Até lá, o povo não teve a possibilidade de eleger representantes para agir no interior do que seria a política institucional da Cuba socialista. Nas condições concretas que se colocavam, os CDR parecem ter funcionado como canal por onde o povo encontrava a possibilidade de ouvir e – mais importante – ser ouvido, inclusive atuando diretamente no processo legislativo.

*5. Os CDR foram uma experiência original do processo revolucionário cubano.* Guardam semelhanças com organizações de tipo conselho e cumpriram muitas das tarefas que historicamente foram colocadas para eles. Mas os CDR foram além, tornando-se o modo que o povo cubano encontrou para participar ativamente de seu processo revolucionário, o modo como ele pôde se apropriar, tomar a Revolução para si. Naturalmente, não podemos desconsiderar que tenha havido tensões com a vanguarda revolucionária no poder, mas nada em nossa pesquisa nos leva a crer que os CDR tenham sido mero órgão títere. Pelo contrário, sistematizaram inúmeras vezes críticas direcionadas às suas lideranças nacionais. Além disso, sendo responsáveis por muitas das tarefas que surgiam neste processo histórico, é inevitável que adquirissem autonomia.

Como dissemos, não é possível compreender a história da Revolução Cubana concentrando o esforço de nossas análises quase que unicamente para as lideranças no poder. É necessário olhar para a grande massa que prestou apoio a esta ideia e lhe

conferiu uma base de sustentação. A escolha de nosso objeto de estudo se mostrou bastante acertada, na medida em que os CDR foram protagonistas dessa atuação, mobilizando um grande número de cubanos na defesa da Revolução em seu sentido mais amplo: combatendo a quinta coluna e limpando e embelezando ruas; buscando especuladores que ocultassem mantimentos e construindo escolas; combatendo os invasores em Girón e sustentando campanhas nacionais de vacinação. Os CDR nos permitem identificar aspectos da originalidade do processo cubano e, por isso, se colocam como objeto privilegiado para o qual deveríamos nos dedicar em nossas análises.

## 6. Referências

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004

BAMBIRRA, Vânia. *La revolución cubana: una reinterpretación*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CIVEIRA, Francisca López; VEGA, Oscar Loyola; LEÓN, Arnaldo Silva. *Cuba y su historia*. La Habana: Editorial Gente Nueva, 2005

CUBA. *La población de Cuba*. La Habana: Centro de Estudios Demograficos, 1974.

DOYLE, Hélio Marcos Prates. *Revolução e Democracia: o Poder Popular em Cuba*. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Brasília, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/UnB, 1992. 2v.

DUARTE, Fernanda da Rosa. *A Revolução Cubana e a busca pela democracia em Cuba*. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

FARIAS, Déborah Barros Leal. Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos. *Rev. Bras. Polít. Int.* n° 51 (1), 2008, p. 105-122.

*Aedos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020

- FEITOSA, Emilly Couto. *As Assembléias de Poder Popular e as tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- HARNECKER, Marta. *Cuba: democracia ou ditadura?* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.
- MARTORANO, Luciano Cavini. *Conselhos e Democracia: em busca da socialização e da participação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOA, José Antonio Gell. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo I. 1959-1961. La Habana: Editora Política, 2007.
- NOA, José Antonio Gell. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo II. 1962-1970. La Habana: Editora Política, 2008.
- NOA, José Antonio Gell. *Cronología para la historia de los Comités de Defensa de la Revolución*. Tomo III. 1971-1980. La Habana: Editora Política, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SADER, Emir. *Cuba: um socialismo em construção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SANTOS, Rhenan Pereira. *En cada cuadro un comité, en cada barrio revolución: os CDR e a participação popular na transição socialista em Cuba (1960-1975)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- SERGE, Victor. O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão. In: SERGE, Victor. *A hora obscura: testemunhos da repressão política*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.